

## SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES .....	5
PREFÁCIO .....	9
O TESTAMENTO PÚBLICO POR MEIO DO E-NOTARIADO..	17
<i>Bruno Francisco Pires Lopes de Barros</i>	
Introdução .....	17
1. Da limitação da tecnologia.....	18
2. Da assinatura eletrônica e sua abrangência.....	19
3. O testamento público .....	19
4. O procedimento do e-notariado e a declaração de vontade .....	20
Conclusões .....	21
Referências.....	22
A NECESSIDADE DE RELEITURA DA RESPONSABILIDADE CIVIL À LUZ DA FUNÇÃO SOCIAL.....	23
<i>Rhana de Almeida Born</i>	
1. Breves considerações acerca da responsabilidade civil .....	23
2. A filtragem constitucional do Direito Civil e os paradigmas do Código Civil de 2002 .....	25
3. A aplicação prática do paradigma da socialidade como limitador da responsabilidade civil – a edição da Lei 14.016/2020 .....	29
4. Da necessidade de releitura da responsabilidade civil a partir da inclusão da função social como limite intrínseco .....	31
Considerações Finais.....	33
Referências.....	35
ABUSOS CONCORRENCIAIS NO DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL: UMA ANÁLISE À LUZ DA LEI ANTITRUSTE.....	37
<i>Mariana Boechat da Costa</i>	
Introdução .....	37
1.Origens e Objetivos do Direito Econômico .....	38
2. Práticas abusivas sob a perspectiva da Lei Antitruste e da Lei de Propriedade Intelectual .....	41
3. A função do Conselho Administrativo de Defesa Econômica no Ordenamento Jurídico Brasileiro .....	47

Conclusão.....	51
Referências.....	52

REFORMA TRIBUTÁRIA, DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE.....	55
--	----

*Alan Freitas de Figueiredo*

*Rafael Capanema Petrocchi*

Introdução .....	55
1. A necessidade de diminuição da carga tributária para a doutrina tributária .....	56
2. A relação entre carga tributária, desenvolvimento e desigualdade para parte da doutrina econômica .....	60
Conclusão.....	64
Referências.....	67

A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL PELO TRIPS E O RISCO DA CAPTURA DO AGENTE REGULADOR	71
--	----

*Maria Roberta Manhães Gaio Filardi*

*Mariana Boechat da Costa*

Introdução .....	71
1. Agências de Proteção Internacional .....	72
2. O papel do acordo TRIPs .....	73
3. A captura das Agências Reguladoras .....	76
3. O TRIPs.....	78
Considerações finais .....	80
Referências.....	81

DEDUTIBILIDADE DE MULTAS REGULATÓRIAS DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL: DA CARACTERIZAÇÃO OU NÃO COMO DESPESAS NECESSÁRIAS À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO .....	83
--	----

*Layla Paraizo Farias de Matos*

*Paulo José Nunes*

Introdução .....	83
1. A base de cálculo do imposto sobre a renda e a necessária dedutibilidade das despesas .....	84
2. Inexistência de lei que vede a dedução das multas regulatórias ..	88
3. Qualificação das multas regulatórias como despesas operacionais	90

4. A dedutibilidade das multas não expressa benefício fiscal, apenas reforça a intributabilidade de tais despesas.....	96
Conclusões .....	97
Referências.....	98

O ESTADO REGULADOR – A BUSCA BRASILEIRA DE EFICIÊNCIA ESTATAL..... 99

*Fernando de Oliveira Pontes*

*Silvia Leticia Ferreira Mazzuca*

Introdução .....	99
1. Evolução do Estado.....	100
2. Origem do Estado Regulador.....	104
3. O Estado Regulador Brasileiro e sua evolução.....	105
Conclusão.....	108
Referências.....	109

DESPOLITIZAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS DIANTE DA LEI 13.303 DE 2016 ..... 111

*Rogério Monte Santo*

Introdução .....	111
1. Tipos de estatais e suas características.....	113
2. A exploração de atividade econômica pelo Estado.....	113
3. Intervenções políticas.....	114
4. Finalidades da Lei 13.303 de 2016 – Estatuto das Estatais .....	114
5. A despolitização das estatais por meio da Lei 13.303/2016 .....	116
Conclusões .....	121
Referências.....	122

A RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO LÍCITO SEGUNDO DANIEL USTÁRROZ..... 125

*David Brandão de Oliveira*

Introdução .....	125
1. Apenas do ato ilícito advém a responsabilidade civil? .....	126
2. A responsabilidade civil por ato lícito segundo Daniel Ustárrroz.....	130
3.1 A Resilição do Mandato ou Quebra Unilateral de Mandato ....	131
3.2. Regramento do Rompimento do Noivado .....	135
3.3. Estado de Necessidade .....	138
4. Responsabilidade civil pelo abuso do direito de demandar .....	138

Conclusão.....	142
Referências.....	145

## A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL..... 146

*Thiago Vieira Oliveira*

Introdução .....	146
1. Propriedade Intelectual .....	147
2. Atividade de Inteligência .....	151
3. Proteção da contrainteligência .....	155
Conclusão.....	159
Referências.....	160

## AS COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS PARA FINS PENAIS ENTRE BRASIL E SUÍÇA ..... 163

*Rafaela Azevedo de Otero*

Introdução .....	163
1. Breve explicações sobre as cooperações internacionais para fins penais .....	164
2. Limites formais e limites materiais das cooperações internacionais.....	164
2.1. Autoridade Central.....	165
2.2. Limites materiais.....	165
2.2.1 Princípio da Especialidade .....	165
2.2.2 Princípio da Dupla Incriminação .....	166
2.2.3 Sigilo bancário e fiscal.....	166
3. Modalidades de cooperação .....	167
4. Cooperações internacionais entre Brasil e Suíça .....	168
4.1 Violações aos limites formais e materiais nas Cooperações entre Brasil e Suíça .....	171
4.2 Da Cooperação Selvagem .....	172
4.3 Dos vazamentos da Operação Lava-Jato .....	175
Conclusão.....	176
Referências.....	177

## TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO APLICADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ..... 179

*Rian Carlos Sant'Anna*

Introdução .....	179
------------------	-----

1. Precedentes.....	180
2. Da responsabilidade civil da Administração Pública.....	182
3. Teoria do desvio produtivo aplicada à Administração Pública..	185
Conclusão.....	189
Referências.....	190

A LICITAÇÃO COMO MECANISMO EFICIENTE DE REGULAÇÃO E PROMOÇÃO DOS VALORES CONSTITUCIONAIS.....	193
---	-----

*Rodrigo Nascimento Silva*